

**“COM LICENÇA, EU VOU A LUTA!”:
O DESAFIO DE INSERÇÃO DAS MULHERES DA PERIFERIA
CARIOCA NO MERCADO DE TRABALHO**

ADRIANA DE ANDRADE MESQUITA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resumo da dissertação de mestrado “Com Licença, eu vou a luta!: o desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho” que foi apresentada ao programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense – UFF. Desta forma, este apresenta uma perspectiva teórico-metodológica de avaliação *post-fact* – numa abordagem quanti-qualitativa – de um projeto do Município do Rio de Janeiro de geração de emprego e renda para mulheres acima de 40 anos da periferia carioca, em Acari. Seu principal objetivo é o de contribuir de forma crítica para o processo de aprendizagem e reflexão de políticas públicas que visem a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, bem como a equidade de gênero.

Foram entrevistadas dez mulheres da Comunidade de Acari por terem tomado parte na primeira turma do projeto. Esta turma aconteceu em 2003 e, conseqüentemente, foi escolhida por permitir um olhar sobre uma experiência concluída. Isso permitirá analisar o impacto do programa a partir das falas, olhares e sentimentos dessas mulheres. Falta uma análise da situação antes do programa, o que seria interessante para a análise. Mas essa ausência não impede e nem nega o valor desse estudo.

A avaliação desta primeira turma difere dos modelos tradicionais de avaliação que se baseiam nos impactos e resultados dos objetivos dos projetos, pois será uma avaliação que se preocupará com as falas e as impressões das beneficiárias. No entanto, existe hoje uma tendência por se buscar avaliações mais abrangentes para o campo social que consigam apreender a realidade social, seus processos, resultados e impactos, ou seja, uma avaliação para além dos resultados, mas também que consiga qualificar os processos.

No contexto deste trabalho, avaliar consiste no ato ou efeito de dar valor aos resultados de um projeto social, através de investigação intencional, tendo em vista identificar a partir das falas das mulheres os resultados alcançados, estabelecendo um processo de aprendizagem e refletindo acerca de futuras tomadas de decisões.

Para avaliar o projeto, a partir da visão das beneficiárias, foram selecionadas quatro dimensões para análise, que são a dimensão do desenho do projeto, a dimensão de gênero, dimensão empoderamento e dimensão de trabalho. Perpassando essas dimensões existe a preocupação com a construção da cidadania feminina.

Assim, persegue-se a resposta as seguintes questões: pode-se afirmar que as políticas e projetos sociais têm contribuído para uma ampliação da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres? O Estado tem conseguido assegurar que a cidadania feminina seja garantida?

As principais questões discutidas neste trabalho se organizam da seguinte forma: a análise do perfil das trabalhadoras responsáveis pelo domicílio na RMRJ; a importância de avaliar; a metodologia de avaliação do “Com Licença, eu vou à luta!” que foi formulado e implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro; a análise das entrevistas; e, ao final, a apresentação de considerações que contribuam na elaboração de políticas públicas de gênero na área do trabalho.

MULHERES TRABALHADORAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO NA RMRJ

A inserção das mulheres no processo produtivo tem acontecido num contexto muito diferenciado dos homens, o que significa que as desigualdades de gênero ainda persistem. Apesar do contexto de crise econômica, reestruturação produtiva e desemprego, a inserção no processo produtivo das mulheres trabalhadoras que são responsáveis pelo domicílio na

Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) tem sido um fato marcante e apresenta especificidades marcantes. Pois, as trabalhadoras apresentam taxa de atividade inferior que os homens; estão mais desempregadas; sua principal ocupação se dá nos setores de serviço; um número significativo não contribui para a previdência social; mesmo tendo maior escolaridade que os homens, recebem rendimentos inferiores; grande número de mulheres responsáveis pelos domicílios vive em situação de monoparentalidade, onde os salários para estas ainda são inferiores.

Segundo a Síntese de Indicadores de 2004, havia na RMRJ um contingente de 6.032.917 mulheres no total, das quais 1.276.348 eram responsáveis pelos domicílios, correspondendo a 21%. Em relação aos homens responsáveis pelos domicílios, essas representam a quase 33%.

Famílias residentes com pessoas de referência por sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003		
Grandes Regiões, Federação	Pessoa de referência por sexo	
	Homens	Mulheres
Brasil	37.789.203	15.284.355
Sudeste	16.959.488	7.013.332
RMBH	948.493	492.183
RMRJ	2.603.072	1.276.348
RMSP	3.944.635	1.873.286

Fonte: Síntese de Indicadores 2004

Com o acontecimento de diversos fatores sinalizados como a redução da taxa de fecundidade, aumento do número de dissolução do lar por causa de divórcio e separação, aumento da escolaridade das mulheres –, a família passou a ser tipificada de outras formas, além da baseada no modelo patriarcal. E na RMRJ isto não será diferente, como mostra a tabela abaixo.

Famílias, total e sua respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitana – 2003						
Famílias						
Unidade da Federação	Tipo (%)					
Rio de Janeiro	Total	Unipessoal	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mulheres sem cônjuge	Outros tipo (1)
Brasil	53.082.558	9,9	14,4	51,5	18,1	5,8
Sudeste	23.972.820	10,7	14,6	50,4	18,2	5,9
RMBH	1.440.676	10,9	10,8	49,1	21,9	7,1
RMRJ	3.879.420	14,1	15,9	43,5	19,3	6,8
RMSP	5.879.420	14,1	15,9	43,5	19,3	6,8

Fonte: IBGE 200.

De acordo com a tabela acima, o percentual de famílias chefiadas por mulheres na RMRJ é de 32,9%, percentual este superior a média nacional, 28,8%. Nesta direção, nota-se que 96,8% dessas chefes de famílias vivem em situação de monoparentalidade. Neste mesmo caso, a monoparentalidade masculina é de apenas 3,2%. Com isso, observa-se que a situação de monoparentalidade tem se dado de forma diferente entre os gêneros e que um número significativo de mulheres são as únicas responsáveis pelo sustento da família. Segundo o IBGE:

“A presença de cônjuge é um aspecto importante para a discussão dos papéis sociais masculinos e femininos na família. Nestes últimos dez anos, o padrão dominante foi o de responsáveis homens com cônjuges... Estes resultados podem estar associados ao entendimento do que seja pessoa de referência ou mesmo a uma situação conjuntural causada por desemprego ou baixos rendimentos do cônjuge homem” (SÍNTESE DE INDICADORES, 2004, p.152).

Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência e presença do cônjuge em reais, por grupos de anos de estudo e sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003						
Grandes Regiões, Federação	Homens			Mulheres		
	Total	Com cônjuge	Sem cônjuge	Total	Com cônjuge	Sem cônjuge
Brasil	71,2	95,2	4,8	28,8	4,8	95,2
Sudeste	70,7	95,8	4,2	29,3	4,2	95,8
RMBH	65,8	93,9	6,1	34,2	6,1	93,9
RMRJ	67,1	96,8	3,2	32,9	3,2	96,8
RMSP	67,8	92,9	7,1	32,2	7,1	92,9

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

Dentro deste universo, a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental¹. Há por certo um contingente de filhos, enteados, netos e bisnetos, agregados que vivem sob os cuidados e responsabilidade dessas mulheres. As famílias monoparentais masculinas são significativamente menores que as femininas. A noção de monoparentalidade está associado não só ao sexo, mas também à pobreza, visto que as mulheres estão inseridas em profissões mais desqualificadas que os homens, bem como recebem salários inferiores a estes, o que com certeza tem diversas implicações nesta mulher enquanto sustentadora, exclusiva, de sua prole.

Mulheres sem cônjuge, com filhos residentes em domicílios particulares, total e sua respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita em salário mínimo, segundo a Unidade da Federação e Rio de Janeiro - 2003							
Unidades da Federação e RJ	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil	9.430.770	31,2	24,2	19,2	6,8	4,8	3,6
Sudeste	4.253.958	22,7	24,7	24,0	8,7	6,1	5,0
RMBH	306.762	24,6	25,6	22,0	8,3	5,4	5,7
RMRJ	715.811	17,8	25,8	24,7	8,3	7,3	8,4
RMSP	1.075.683	18,4	21,7	25,3	9,9	7,7	6,0

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

A tabela acima confirma que a maior parte das mulheres, 68,3%, que vivem em situação de monoparentalidade recebem em média de 1/2 a 2 salários mínimos, sendo que 17,8% recebem até 1/2 salário, 25,8% de 1/2 a 1 salário e 24,7% de 1 a 2 salários mínimos.

Número médio de pessoas, na família, residentes em domicílios particulares, por classe de rendimento mensal familiar per capita em salário mínimo, segundo a Unidade da Federação e Rio de Janeiro – 2003								
Unidades da Federação e RJ	Total	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil	3,3	4,6	3,9	3,3	3,0	2,8	2,8	2,5

¹ Vitale define lares monoparentais como “aqueles em que vivem um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos” (2002, p.46).

Sudeste	3,1	4,5	3,8	3,3	3,0	2,8	2,7	2,5
RMBH	3,2	4,2	3,9	3,4	3,1	2,7	2,7	2,5
RMRJ	2,9	4,4	3,7	3,1	2,9	2,7	2,5	2,2
RMSP	3,2	4,8	4,0	3,5	3,2	2,9	2,8	2,6

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

Fazendo relação entre salário mínimo e número de pessoas, verifica-se que quanto menor é a per capita familiar maior o número de filhos. Na RMRJ foi verificado, a tabela anterior, que o maior percentual da monoparentalidade feminina (25,8%) recebe de ½ a 1 salário, sendo nesta faixa etária a média de 3,1 filhos. Verifica-se que a relação entre mulheres chefes de famílias e pobreza constitui a raiz de efeitos perversos sobre a vida familiar. A dimensão da pobreza se aprofunda ainda mais quando vinculamos monoparentalidade, sexo e etnia. Segundo Vitale:

“as famílias monoparentais feminina e pobreza acabam, de um lado, por construir outro estigma, o de que as mulheres são menos ‘capazes’ para cuidar de suas família ou para administrá-las sem um homem. De outro, é apontado que as mulheres, hoje, ganharam maior independência e, portanto, podem assumir suas famílias. No entanto, enquanto houver a associação maciça entre monoparentalidade e pobreza (...) acaba por fortalecer-se muito mais a adjetivação dessas famílias como vulneráveis ou de risco do que como potencialmente autônomas” (2002, p.51).

Com a “saída” das mulheres para o mercado de trabalho, modificações importante aconteceram na família. Nas últimas décadas do século XX, a participação da mulher no mercado de trabalho afetou sensivelmente as relações no interior das famílias, provocando mudanças radicais em suas estruturas.

Se antes a casa, espaço doméstico, era considerado naturalmente feminino e o sustento provinha apenas do homem, as mulheres passaram a contribuir financeiramente com o orçamento doméstico, desempenhando um papel fundamental na vida econômica da família. Houve também, o aumento do poder de barganha da mulher no ambiente doméstico, que significou questionar sobre o modelo de família baseado no modelo patriarcal. O trabalho fora de casa passou a ser o sinal concreto da emancipação feminina. Conforme Nader:

“A mulher passou a colaborar no sustento da família, mesmo ganhando menos do que o marido, eliminou de sua vida o processo e aceitação e conformismo diante das diferenças sexuais. O poder, a resistência ou mesmo a indiferença masculina diante de novas solicitações femininas, tenderam a levar a uma situação de conflito dentro do lar. As relações de poder que existiam entre marido e esposa passaram a ser questionadas no interior das unidades domésticas. Muitas mulheres passaram a repensar suas vidas e isso contribuiu para que maior número de mulheres casadas há pouco tempo, apelassem para o fim do consórcio conjugal” (2002, p.6)

Assim, verifica-se que conciliar geração de renda com as responsabilidades domésticas têm sido um grande desafio para as mulheres da RMRJ. O aumento do número de mulheres no mercado assalariado, não tem sido acompanhado dos grandes avanços no que diz respeito à igualdade de condições em relação aos homens.

No mercado formal de trabalho, as mulheres continuam sujeitas a uma série de condições desfavoráveis a sua permanência e discriminatórias quanto a seu desempenho e remuneração. E ainda, por ser um mercado ocupado por uma maioria masculina, caracteriza-

se tradicionalmente por regras difíceis de serem cumpridas pelas mulheres, que tradicionalmente são responsabilizadas pelo cuidado com a casa, crianças, idosos e doentes.

As atividades que são preenchidas pelas mulheres são caracterizadas como um prolongamento das atividades domésticas, não contribuindo para o fortalecimento da cidadania das mulheres, que continuam submetidas à autoridade de pais, irmãos ou maridos. Ainda hoje, encontramos mulheres que exercem atividades remuneradas apenas nos casos de necessidades econômicas, para suprir a baixa renda familiar, mas não enquanto opção pessoal por conquista de autonomia e participação no processo produtivo.

Com isso, pode-se afirmar que o trabalho feminino remunerado ainda está fortemente integrado à divisão baseada no sexo, ou como se costuma conceituar na divisão sexual², onde as mulheres se concentram em um determinado setor de atividade (em função das características atribuídas culturalmente a elas). Suas ocupações têm em comum o fato de serem derivadas das funções de reprodução social e cultural³, tradicionalmente por elas desempenhadas. O trabalho feminino remunerado está em desvantagem em relação aos homens, em termos salariais, ascensão funcional (cargos) e condições de trabalho (em função de ser o homem, o responsável pelo sustento familiar), setor de atividade.

Nota-se que é de suma importância que o governo do Município do Rio de Janeiro tenha em pauta políticas de proteção ao trabalho e aos direitos garantidos em lei às trabalhadoras cariocas, visto que a inserção da mulher no setor produtivo é uma das condições para sua emancipação e que a esfera governamental é o principal lócus de construção de políticas públicas, enquanto formulador e executor de políticas em âmbito econômico e social. Tem-se como hipótese que as políticas públicas voltadas para as mulheres, elaboradas pelo Município, não estão sendo suficientes para garantir igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, bem como o empoderamento das mesmas.

Esta forma diferenciada de atingir as mulheres trabalhadoras tem sido continuamente debatida pelo movimento feminista e de mulheres, que têm reivindicado do poder público políticas públicas em nível local de geração de emprego e renda, formação profissional, adoção de medidas que diminuam o desemprego feminino entre outras coisas. Dados estatísticos e estudos têm comprovado a necessidade e urgência de políticas de gênero que afirmem ações específicas de igualdade de acesso e oportunidade para as mulheres. Historicamente as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado, proteção, educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem-estar social. Muitas vezes esta mulher, que se torna a única responsável pelo lar e cuidado da prole, vive em condições de monoparentalidade.

É neste contexto que políticas sociais para as mulheres pobres são requeridas como forma de responder às demandas das trabalhadoras cariocas. Nestas políticas, os programas e projetos sociais são considerados como possibilidades para a garantia da justiça e da equidade social entre os homens e mulheres. Desta forma, os municípios – esfera de primeiro nível do governo – são responsáveis por dar uma resposta a esta situação através da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que contribuam para garantia e ampliação dos direitos das trabalhadoras.

Assim, em resposta ao impacto provocado pela crise socioeconômica nas mulheres dos setores populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi que a prefeitura municipal implementou o projeto de geração de emprego e renda “Com Licença, eu vou à

² Divisão Sexual do Trabalho é uma categoria utilizadas pelas Ciências Sociais para indicar que, em todas as sociedades homens e mulheres realizam tarefas distintas. Entretanto, as tarefas atribuídas a cada sexo variam de cultura para cultura, ou ainda dentro da mesma cultura, de uma época para outra.

³ Reprodução Social e Cultural refere-se as atividades domésticas não remuneradas, realizadas geralmente pelas mulheres, relacionadas à reprodução, material ou simbólica, das pessoas.

luta!”, voltado para mulheres acima de 40 anos e que vivem em região de baixo IDH. Por isso, se pretende a seguir analisar este projeto, com o objetivo de avaliar se esta experiência tem servido para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a garantia da equidade de gênero na área do trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A IMPORTÂNCIA DE AVALIAR

No final dos anos 80 e início dos 90, com a intensificação do desemprego, precarização dos vínculos formais de trabalho, empobrecimento de segmentos da população, exclusão social e principalmente o aumento da demanda por justiça social e políticas distributivas, a política pública de proteção social assumiu um papel fundamental na ampliação do compromisso público com o bem estar da população.

Entretanto, o projeto neoliberal ganhou forças e passou a ser difundido pelos organismos internacionais e multilaterais como medida de ajuste das economias periféricas, que foram preconizadas pelo Consenso de Washington⁴. A estabilização (medidas para baixar a inflação, reduzir o déficit público), o ajuste estrutural (medidas voltadas para aumentar a competitividade da economia mediante a abertura comercial, desregulamentação de preços e reforma tributária) e a privatização (reforma do Estado e transferência de empresas e serviços públicos para grupos privados) passaram a constar na pauta do cenário político.

Com isso, houve a universalização dos direitos sociais no campo dos serviços essenciais, a garantia de pisos mínimos de renda convivendo com fortes questionamentos quanto à natureza e os limites da intervenção estatal, processos de privatização que transcendem o campo do setor produtivo que alcançaram a própria área de proteção social. Estes questionamentos trouxeram à tona a exigência de maior efetividade da ação pública e a necessidade de avaliação mais rigorosa das atividades das políticas e programas sociais.

Conseqüentemente, nos anos 80 e 90, a ineficiência e ineficácia das políticas sociais geraram pouca “*externalidade (bens públicos); foram desfocados (mistargeting) e não sofreram avaliações sistemáticas para avaliar implementação e impactos sobre os beneficiários*” (Projeto BRA/97/039, p.40). Isto fez com que se diversificassem as características do financiamento e a provisão de políticas sociais, tornando mais complexas as dimensões de financiamento, organização e gestão.

Para Brant de Carvalho, dentro deste contexto vão existir premissas e estratégias fundamentais que irão embasar o novo desenho das políticas sociais, que são: “*o direito social como fundamento da política social*”, “*um novo equilíbrio entre políticas universalistas e focalistas*”, “*transparência nas decisões, na ação pública, na negociação, na participação*”, e “*avaliação de políticas e programas sociais*” (1999, p.15).

Assim, a avaliação de políticas e programas sociais torna-se central no processo de aperfeiçoamento do *modus operandi* das políticas, visando torná-las mais eficientes, menos

⁴ O Consenso de Washington é a denominação dada a um plano único de medidas de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BIRD), pelo Banco interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando se inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de 60 países em todo o mundo (FIORI, 1995 apud RAICHELIS, 2000, 73).

burocráticas, voltados para medir a eficiência⁵ no gasto, eficácia⁶ e efetividade⁷ nos resultados.

Por outro lado, avaliar é um dos maiores desafios do governo (Estadual ou Federal) no campo das políticas sociais, por causa da crescente exigência dos amplos setores da sociedade civil, nacional e internacional, bem como dos usuários dos serviços por uma maior transparência, eficiência, efetividade e eficácia das políticas sociais. Segundo Brant de Carvalho:

“Sociedade e cidadãos, de modo geral, estão reivindicando uma relação de transparência e de participação nas decisões referentes a alternativas políticas e programáticas. Reivindicam conhecer e acompanhar a insuprimível equação entre gastos públicos e custo-efetividade de políticas e programas destinados a produzir maior equidade social” (1999, p.58).

Na América Latina, a avaliação passou a ter visibilidade nos anos 90 quando houve um profundo questionamento sobre o papel e a eficiência do setor público. Este questionamento abriu caminhos para novas iniciativas de desenho, colocando em pauta processos eficazes de avaliação. Segundo Duran, *“la evaluación el ‘proxy’ del mercado en la administración pública y considera que la evaluación se puede convertir en uno de los instrumentos más poderosos en el promoción de la modernización de la gestión pública”* (1994 apud MOKATE, 2000, p.2).

Assim, nos últimos anos, tem existido uma maior reivindicação por uma relação de transparência e participação da sociedade civil nas decisões referentes a alternativas políticas e programáticas, da mesma forma tem crescido a demanda de pesquisadores que inovem os conceitos e metodologias avaliativas, que rompam com os modelos tradicionais de avaliação, tornando-a uma estratégia sistemática e contínua, na oferta de informações importantes que possibilitem o controle social e o aprendizado intencional das políticas e projetos sociais.

Mas afinal, o que significa avaliação?

Dentre as diversas literaturas encontradas sobre avaliação, muitas enfocam o sentido que a palavra avaliar evoca, pois esta vem do latim e significa valor. Para Franco (1971) avaliar é *“fixar valor de uma coisa; para ser feita se requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com um critério ou padrão determinado”* (apud COHEN e FRANCO, 1993, p. 73).

A ONU definiu avaliação como:

“Processo orientado a determinar sistematicamente e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de

⁵ Eficiência se refere às *“quantidades mínimas de recursos requeridos para gerar uma certa quantidade de produto, assumindo uma tecnologia constante. Quando é introduzido o custo dos insumos, se homogeneiza esta dimensão e se passa à consideração da eficiência”* (COHEN e FRANCO, 1993, p.104).

⁶ Eficácia *“é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independente dos cuidados implicados”* (COHEN e FRANCO, 1993, p.102).

⁷ Efetividade *“é um termo que se usa freqüentemente para expressar o resultado concreto – ou as ações condizentes a esse resultado concreto – dos fins, objetivos e metas desejadas”* (COHEN e FRANCO, 1993, p.107).

seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades ainda em marcha e ajudar a administração no planejamento, programação e futuras tomadas de decisões” (ONU, 1984 apud COHEN e FRANCO, 1993, p.76).

Para Scriven, avaliação “*se refiere al proceso de determinar el mérito o valor de algo y, por tanto, constituye un proceso que involucra alguna indentificación de estándares relevantes..., alguna investigación del desempeño de lo que evalúa com base en estos estándares...*” (1991 apud MOKATE, 2000, p. 3).

Para Brant de Carvalho, “*avaliação é a atribuição de valor que mede o grau de eficiência, eficácia e efetividade de políticas, programas e projetos sociais. Assim compreendida, identifica processos e resultados, compara dados de desempenho, julga, informa e propõe*” (1999, p.62).

Cabe salientar que a avaliação de projetos e programas sociais é um processo novo no Brasil (com presença marcante a partir dos anos 90) e que tem sido mais apropriada pelos campos da saúde e educação. Na área do serviço social ainda é um instrumento pouco utilizado e descontínuo, tornando-se assim um desafio.

Associado a este fato, na literatura ainda é bastante acentuado o uso das concepções tradicionais, que foram fortemente influenciadas pela economia, matemática, biologia, trazendo a idéia de mensuração, numa abordagem mais quantitativa. Conforme Brant de Carvalho, “*a avaliação, na concepção tradicional, buscou ancoragem nos métodos econométricos para mensurar o social, o que fez com que a mensuração se tornasse praticamente sinônimo de avaliação*” (1999, p.63).

Apenas mais adiante, houve aproximação da avaliação com as ciências experimentais, pois se pretendiam avaliar as transformações do grupo como se estivessem em um laboratório. Neste tipo de abordagem, a avaliação qualitativa se tornou muito comum. Mas, com o passar do tempo, outros modelos avaliativos começaram a surgir para dar conta dos impactos gerados na realidade social, visto que se tratava de uma dinâmica muito diferente.

O projeto “Com Licença, eu vou à luta!”

Iniciado em março de 2003, o “*Com licença, eu vou a luta!*” é um projeto de geração de emprego e renda, formulado e implementado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTB) e Secretaria Municipal de Educação (SME), sob a coordenação da SMTB. A execução foi realizada numa gestão bi-partite, através da parceria entre a Secretaria, como coordenadora, e a entidade contratada⁸ (que é selecionada através de uma licitação), como executora.

Segundo a coordenação do Projeto CLEVL, a idéia de sua elaboração partiu do Secretário de Trabalho, atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, e isto teria se dado da seguinte forma:

“O Secretario ao andar pela cidade do Rio de Janeiro verificou uma grande quantidade de mulheres que viviam na rua, estavam ociosas, e que tinham mais de 40 anos de idade. Pensou no que poderia ser feito pelas mulheres

⁸ No caso em análise, a entidade inicialmente contratada pela execução do projeto “Com Licença, eu vou a luta!” foi a Rio Voluntários. Com o surgimento de novas turmas em outras comunidades houve a contratação de outras entidades executoras.

acima de 40 anos, moradora de comunidades, com baixa renda, com baixo IDH, que não tiveram a chance/opportunidade na vida de trabalhar” (COORDENAÇÃO).

Assim a partir da percepção do secretário que “andava pelas ruas”, surgiu um projeto voltado para mulheres moradoras de comunidades carentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo a coordenação, o secretário começou a pensar em como deveriam se sentir estas mulheres, acima de 40 anos, mães, avós, chefes-de-família. Sendo assim, ele intuiu que seria necessário que esta mulher pedisse *“licença e fosse à luta, mas uma luta pensando nela, na valorização de seu papel como mulher, não só lutar por lutar porque isso ela já fazia o tempo todo. Mas, licença para ir a luta e pensar nela como mulher. Tornar seus sonhos realidade, viver seu papel de mulher na sociedade em que vive”*. Foi aí que surgiu o “Com Licença Eu Vou à Luta”, um projeto que visava à valorização dessas mulheres, mas, principalmente, sua inclusão social no mercado de trabalho.

A escolha de mulheres acima de 40 anos não foi baseada em estudos estatísticos que comprovassem a necessidade de uma proposta de geração de emprego e renda para essas mulheres. Segundo a coordenação, esta proposta foi construída pela “sensibilidade”, pois

“O país caminha para uma possibilidade de vida maior, as pessoas irão viver mais. E os nossos velhos de hoje, a gente vê, apresentam uma vida produtiva muito grande. Há algum tempo atrás qual era o plano dos aposentados? Mas, hoje vemos que a capacidade produtiva é muito grande, mas as oportunidades também diminuíram. As novas mulheres, acima de 40 anos, das comunidades mais pobres, que oportunidade elas têm?”.

O objetivo geral do projeto é o de *“desenvolver um programa de resgate e inclusão de mulheres através da capacitação para o trabalho, possibilitando, deste modo, o aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família”*. Tal objetivo é perseguido através da promoção de condições de inserção no mercado de trabalho para mulheres, a partir de 40 anos de idade, vulnerabilizadas pela extrema pobreza, e sem experiência dentro do mercado formal de trabalho, moradoras de comunidades com baixo IDH.

Os objetivos específicos são: *estimular a inclusão das participantes em programa de alfabetização e aumento da escolaridade; possibilitar a criação de hábitos do mundo do trabalho; promover a mudança da imagem sócio-familiar da mulher; articular coresponsabilidades de empresas públicas e/ou privadas com Poder Público Municipal, com vistas à garantia da empregabilidade das mulheres; estimular o desenvolvimento da melhoria da qualidade de vida; estimular o incremento da empregabilidade na cidade do Rio de Janeiro.*

O projeto iniciou tendo como público-alvo mulheres a partir de 40 anos de idade que não tivessem experiência no mercado de trabalho formal, ou que chegaram a trabalhar por um período inferior a um ano, com escolaridade de ensino fundamental concluída ou que pertencessem a famílias que tivessem uma renda per capita de até meio salário mínimo. Uma das comunidades escolhidas para a implementação inicial foi Acari.

A metodologia do projeto visava: montar um programa de qualificação durante quatro meses e com 360 horas de duração; cadastrar as empresas públicas e/ou privadas que quisessem se inserir no programa; disponibilizar cursos profissionalizantes às beneficiárias; proporcionar a prática do estágio laborativo com duração de 20 horas semanais. As mulheres beneficiadas recebiam uma bolsa auxílio no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

O programa de qualificação era dividido em três módulos: 1) módulo básico no qual seriam ministradas palestras de conhecimentos gerais sobre cidadania⁹ e trabalho¹⁰, tendo início logo no primeiro mês; 2) módulo de qualificação profissional, em que as beneficiárias fariam opção de participar no máximo de dois cursos profissionalizantes, que estariam acontecendo a partir do segundo mês do projeto; e, por fim, 3) o módulo de estágio laborativo, momento em que as beneficiárias estariam estagiando em empresas públicas ou privadas – última etapa – e que aconteceria no último mês do projeto.

As atribuições da SMTB seriam: exercer a supervisão para garantir a adequação das diretrizes, normas e princípios de forma a garantir a qualidade, eficiência e eficácia desejadas; notificar a instituição executora caso cometesse alguma irregularidade; repassar o recurso estabelecido para a instituição executora; exercer fiscalização e acompanhamento da execução do projeto. Já a entidade executora teria como principais atribuições: manter permanente avaliação dos profissionais envolvidos no projeto; estabelecer cronograma de reuniões de avaliação com a equipe técnica do projeto; manter todas as condições de Habilitação e Qualificação exigíveis para o resultado e desempenho efetivos do projeto.

O projeto foi financiado pelo Tesouro Municipal do Rio de Janeiro e com previsão de duração de 4 meses das turmas. A turma escolhida para avaliação foi a de Acari, por ter sido a primeira experiência e já ter um período de quase dois anos desde o seu término, o que permitiu voltar o olhar sobre essa realidade e avaliar o impacto gerado pelo programa, a partir da fala das mulheres que foram o alvo principal do projeto.

Por que Acari?

Acari é um dos bairros do subúrbio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que é marcado pela defasagem sócio-econômica e pela grande quantidade de favelas. Acari não se trata, na verdade de um território homogêneo. Ele é composto por três favelas e um conjunto habitacional, “*quatro localidades cada qual com história própria, refletida numa lógica identitária específica, expressa em inúmeras fronteiras simbólicas*” (ALVITO, 2001, p.03). Segundo Velho e Alvito:

“a Favela de Acari é uma ‘localidade’, isto é, um agregado de casas e pessoas que mantém entre si uma rede complexa de relações e vínculos de caráter pessoal, face-a-face, como laços de parentesco, amizade, ‘parentela ritual’ (‘compadrio’, por exemplo), vizinhança, grupos informais e pequenas organizações. Esta imensa rede de relações de ‘reciprocidade’ é facilitada pela concentração populacional (quase duas vezes maior do que a verticalizada Copacabana)” (1996, p.147).

Um dos dados que levou à escolha de Acari para execução do projeto foi o fato desta comunidade apresentar o menor IDH da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo ele de 0,57 (PNUD, IPEA – Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro, 2001). Alguns fatores contribuem para isso como a baixa renda da população, reduzido nível escolaridade, condições precárias de esgotamento sanitário, violência na comunidade.

Segundo dados do IBGE (2000), a renda mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio é muito baixa, cerca de 50% dos responsáveis recebem até dois salários mínimos.

⁹ Com conhecimentos dos Direitos Humanos junto ao Programa Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, direitos da mulher, desenvolvimento da auto-estima, saúde da mulher, informações sobre alimentação alternativa e voluntariado como forma de trabalho.

¹⁰ Visava conhecer o mundo do trabalho, seus tipos, oportunidades, ética profissional, documentação necessária, leis trabalhistas, relações humanas do trabalho, política pública e social.

Destes, quase 20% recebem até um salário mínimo. Associando este fato aos anos de estudos, verifica-se que grande parte de homens e mulheres responsáveis pelos domicílios apresentam baixa escolaridade. Do total dos responsáveis pelos domicílios pesquisados, 68,75% eram homens e 31,25% mulheres. Dos 68,75% dos homens, 25% tinham entre 1 a 4 anos de estudo e 23% entre 5 a 8 anos de estudo, uma média alta se comparada com as mulheres. Das 31,25% mulheres, 14% tinham de 1 a 4 anos de estudos e 9% entre 5 a 8 anos. Nota-se a partir destes dados que a maior parte das mulheres escolarizadas apresentam entre 1 a 4 anos de estudos, proporção inferior à média do município do Rio de Janeiro.

Dessas mulheres pesquisadas pelo IBGE, cerca de 33% apresentam uma renda de até 1 salário mínimo contra quase 40% dos homens que recebem de 1 ½ a 5 salários mínimos. Ou seja, a média de rendimento dos homens é maior do que o das mulheres. E isto se agrava ao se levar em consideração que Acari, assim como o todo Município do Rio de Janeiro, é um bairro tipicamente feminino, onde 51,52% são mulheres e 48,48% homens. Desta forma, nota-se que as mulheres possuem escolaridade inferior aos homens e recebem baixos salários – grande parte das responsáveis pelo domicílio recebe até 1 salário mínimo.

Junte-se a isso, a existência de um sistema de esgotamento sanitário precário nas diversas comunidades. Cabe questionar os seguintes dados: segundo o IBGE, contraditoriamente, 97,95% dos domicílios têm o lixo coletado, 99,01% têm rede geral de abastecimento de água (98% com água canalizada) e ainda 92,71% têm rede de esgoto ou fossa séptica. Deve-se levar em consideração que o IBGE realiza a pesquisa dos domicílios que se encontram em áreas geograficamente reconhecidas pela Prefeitura. Como existe um grande número de casas e barracos que foram construídos em regiões invadidas, estas não constam nos dados.

Por isso, pode-se ter como hipótese que existe um número significativo de moradores que vivem em condições precárias: sem esgotamento sanitário adequado, sem acesso à água de qualidade ou tratada, e ainda sem ter o seu lixo coletado. Ficando assim, submetidos sob focos de contaminação e doenças. Outro fato importante a ser destacado é a questão da violência que acontece na região. Nesta, o tráfico de drogas tem presença marcante e tem sido responsável por grande parte da violência local e geração de renda para muitos jovens, que passam a viver em constante risco de vida.

Diante deste quadro, realizar políticas públicas para a comunidade de Acari se faz de suma importância, ainda mais se estas forem para a geração de emprego e renda de mulheres moradoras da região. No contexto de crise econômica e de redução de investimentos públicos, acredita-se que a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas para as mulheres, levando em consideração à perspectiva de gênero, são caminhos possíveis da promoção da igualdade de oportunidades, garantia da equidade entre homens e mulheres e promoção da cidadania feminina. Por isso, é que se considera de grande relevância avaliar o projeto de geração de emprego e renda formulado e implementado pela SMTB.

A METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

Inicialmente foi realizada a escolha das mulheres a serem pesquisadas. Em seguida, foi feita a definição das técnicas para coleta de dados. O terceiro passo foi a elaboração dos instrumentos para coleta e a realização de um pré-teste. Depois disso, procedeu-se uma sistematização na qual se estabeleceram as principais dimensões de análise e o aprimoramento do instrumento de coleta. A seguir foi feita a coleta das informações, a sistematização das entrevistas e análise dos dados.

Assim, num primeiro momento foi estabelecido o número de beneficiárias a serem entrevistadas e a escolha do critério para seleção. O universo a ser entrevistado ficou em dez mulheres e o critério de seleção foi o curso profissionalizante que continha o maior percentual de mulheres inscritas. Por isso, foram escolhidas as mulheres que participaram do curso de “Doce e Salgados” que totalizou em 62,5% da escolha das beneficiárias, contra 10% das inscritas no curso de “Agente Comunitário de Saúde”, 22,5% das que optaram por “Cuidador de Idosos” e 5% de “Corte e Costura”.

Em seguida foram construídos dois instrumentos¹¹ de pesquisa: um *questionário* com perguntas estruturadas e um roteiro de *entrevista* semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas. Com o questionário se buscou conhecer o perfil sócio-econômico das beneficiárias, visto que a Secretaria Municipal de Assistência Social não continha informações mais detalhadas. Para analisar as ações do projeto e os impactos junto às beneficiárias foi elaborado um roteiro de entrevista.

O teste inicial foi aplicado a duas participantes do projeto. A partir de suas falas e da sistematização deste roteiro, novos olhares foram lançados sobre o roteiro de entrevista, com inserção de outras questões e reformatação do mesmo. Um fato importante é que foi possível retornar a estas entrevistadas e dar continuidade ao processo. O pré-teste foi fundamental para se ter uma dimensão de quais seriam as beneficiárias a serem entrevistadas, da pertinência do conteúdo, do tempo necessário para cada entrevista, da possibilidade de gravar as entrevistas e de serem realizadas na própria comunidade.

Outro momento de suma importância foi o processo de sistematização das entrevistas, que conforme Bourdieu “já é uma verdadeira ‘tradução’ ou até interpretação” das falas (1997, p. 709). Aqui se tornou possível “compreender” melhor algumas falas que eram de grande importância para o processo de avaliação. Com a sistematização do pré-teste deu-se a definição, primariamente, das unidades de análise.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O perfil das mulheres entrevistadas

Foram entrevistadas 10 mulheres que participaram do Curso de Doce e Salgados¹². Destas 50% nasceram na Região Sudeste (5 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais) e 40% são do Nordeste (2 de Sergipe, 1 do Piauí, 1 da Paraíba). As que não nasceram no Rio de Janeiro vieram ainda crianças ou na adolescência em busca de “uma vida melhor”. A faixa etária destas mulheres era compreendida entre 43 e 55 anos no momento das entrevistas.

A composição de suas famílias variava de uma média de 5,6 pessoas, sendo estes filhos, genros, netos e companheiros. Destas apenas três relataram que viviam com um companheiro. A média de filhos de cada uma destas mulheres é de aproximadamente 7 filhos – nem sempre vivendo em sua companhia.

Em relação à cor, 20% se consideraram pardas, 20% morenas, 40% pretas, 10% escuras e 10% não identificaram a sua cor. Segundo o IBGE 2004, é fato que os negros apresentam menor escolaridade e renda do que os brancos. Segundo a pesquisa, o grau de escolaridade das entrevistadas é muito baixo, sendo que 30% nunca estudaram e 70% estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. Nem uma estava estudando no momento da entrevista, embora a

¹¹ Ver os roteiros em anexo.

¹² Apesar do curso ser de doces e salgados, só aconteceu efetivamente, o curso de salgados. Segundo as beneficiárias isto aconteceu porque não havia professores para a realização do mesmo na época. Todavia, no certificado do curso consta que elas realizaram o curso de “Doce e Salgados”.

grande maioria tenha relatado considerar os estudos importantes para se ter um trabalho e tenha demonstrado interesse em voltar a estudar.

Quanto à renda das beneficiárias, verificou-se que 30% não trabalhavam e dependiam do salário de seus companheiros ou filhos. Das que trabalhavam 30% recebem até ½ salário mínimo, 30% de ½ a 1 salário mínimo e 20% de 1 a 2 salários mínimos. Pode-se afirmar que a baixa escolaridade influencia diretamente na média salarial destas mulheres, pois muitas colocaram que tinham dificuldade em encontrar um emprego que pagasse melhor por causa da escolaridade. Um outro fator, de relevância é o local de moradia. Algumas entrevistadas relataram que, geralmente, quando vão procurar emprego e identificavam o local onde moravam, as pessoas não queriam contratá-las. Uma das entrevistadas relatou ter quase perdido a oportunidade de trabalhar em casa de família por causa disso.

Das (oito) mulheres que declararam que trabalhavam, 25 % o faziam como auxiliar de serviços gerais, 37,5 % trabalhavam em casa de família, 37,5 % catavam papelão e garrafas PETs para serem recicladas – ou seja, estavam inseridas no setor de prestação informal de serviços ou outros, já que apenas duas (25 %) possuíam carteira de trabalho assinada (as que trabalham como auxiliar de serviços gerais), sendo que uma das que trabalha em casa de família havia obtido de sua empregadora a promessa de que sua carteira seria assinada.

Aliando-se à baixa renda, a monoparentalidade é fato presente, pois, 60% destas mulheres viviam sozinhas e eram as únicas responsáveis pelo sustento da família. Das que possuíam companheiros, 20% eram sustentadas pelos companheiros e não trabalhavam e 20% viviam com um companheiro, mas eram as responsáveis pelo sustento da casa, cuidado com os filhos, proteção e educação.

Dimensões de Análise

Para avaliar o projeto, a partir da visão das beneficiárias, foram selecionadas quatro dimensões para análise, que são a dimensão do desenho do projeto, a dimensão de gênero, dimensão empoderamento e a dimensão de trabalho. A dimensão do desenho do projeto se refere aos aspectos do desenho e execução do projeto. Por isso, inclui a identificação de características como: objetivos, a metodologia, o público-alvo, participação e avaliação crítica das beneficiárias acerca do desenho do projeto. Cabe lembrar que o CLEVL tem o seguinte objetivo geral: *“desenvolver um programa de resgate e inclusão de mulheres através da capacitação para o trabalho, possibilitando, deste modo, o aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família”*.

A dimensão de gênero se refere à capacidade do projeto de possibilitar a essas mulheres a percepção da construção relacional dos gêneros. Isso significa refletir acerca das suas vidas, família e trabalho em uma perspectiva que repense as relações entre mulheres e homens, bem como entre mulheres-mulheres e homens-homens. Por empoderamento se entende a capacidade de se apoderar dos possíveis espaços de poder por estas mulheres, sejam eles privados ou públicos, de adquirirem autonomia, controle de suas vidas, possibilidades de realizar novas escolhas, de participar dos possíveis espaços, desenvolver planos ou projetos de vida pessoal ou coletivamente.

De acordo com a literatura, a concepção moderna de trabalho o define como *“uma atividade que se exerce na esfera pública, em que é definido e reconhecido por outros como uma atividade útil, fazendo jus a um pagamento na forma de salário”* (PEREIRA DA SILVA, 1995, p.6). Mas, o que as mulheres entrevistadas entendem por trabalho? Assim, a partir dessas dimensões estabeleceu-se algumas observações e propostas:

Em relação à **Dimensão do Desenho do Projeto**, a formulação do projeto de geração de emprego e renda *“Com Licença, eu vou à luta!”* a partir da *“percepção” do Secretário,*

“que andava pela rua”, não leva em consideração todo um contexto de reivindicação política do movimento de mulheres por políticas de inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho, bem como a obrigação que os poderes locais têm de formular, implementar e avaliar políticas públicas que reduzam a pobreza no município.

Outro fator importante foi a escolha das *beneficiárias acima de 40 anos*, a opção por esta faixa etária sem um prévio diagnóstico para conhecer melhor o perfil e as condições das trabalhadoras cariocas comprova um certo “amadorismo”¹³ dos formuladores: dados estatísticos de IBGE, como foi apresentado no capítulo II, comprovam que as mulheres mais jovens, entre 20 a 30 anos, estão mais fora do mercado de trabalho do que estas. Por isso, partir da pura “sensibilidade” não justifica a criação de um projeto para mulheres acima de 40 anos – embora não se esteja negando a importância desse projeto.

Outro ponto é a oferta de *cursos profissionalizantes* que são considerados como femininos. Esta é uma questão que precisa ser amplamente discutida e analisada com maior rigor, pois já é sabido que este tipo de profissionalização leva a uma inserção precária no mercado de trabalho, com salários baixos, a não existência de vínculos formais de trabalho, não possibilitando a esta mulher uma mobilidade social, um investimento em capacitação para si e a ampliação de seu universo cultural e intelectual, entre outros fatores. Poderia ter sido construída uma proposta de cursos dentro da visão e necessidades que eram apresentadas pelas mulheres durante a execução do projeto, tornando-as assim participantes ativas, protagonistas de suas escolhas e decisões, e não meros objetos das decisões de outros.

Ainda em relação ao desenho do projeto, a não realização de *monitoramento sistemático e de avaliação final* vai de encontro ao contexto atual de maior racionalidade e efetividade das políticas sociais. A realização desses controles sociais poderia ter contribuído para uma revisão do desenho do projeto antes mesmo da execução de novas turmas.

De acordo com os pontos abordados em relação ao Desenho do Projeto, constata-se, nas palavras de Madeira, que “*várias ações sociais públicas continuam marcadas pela improvisação e pelo amadorismo. Por não apresentarem referências teóricas mais sólidas, escorregam facilmente para politização e ideologização*” (MADEIRA, 2004, p.78).

Quanto à *Dimensão de Gênero*, algumas questões foram verificadas como: a não percepção de que o CLEVL era *um projeto para mulheres* em detrimento de uma maior percepção da questão da faixa etária. Isto suscita dúvidas acerca de como a perspectiva de gênero, que deveria ter sido um requisito básico, foi trabalhada e debatida, não só na formulação, quanto na execução do projeto. Já que este visava a inserção destas mulheres no mercado de trabalho, seria de grande importância que elas entendessem que a sua inserção se dá de forma diferenciada em relação aos homens. Ao contrário, elas terminaram o projeto e não conseguiram compreender isso.

Outro ponto importante foi a *não criação de estruturas mínimas de cuidado para os filhos*, especialmente para crianças pequenas, que possibilitasse a “saída” dessas mulheres de suas casas. Como foi mostrado no capítulo I, isto é um problema que atinge de forma específica às mulheres pobres, que para deixar suas casas acabam criando “redes informais de solidariedade”. Criar um projeto para mulheres, mas que deixa única e exclusivamente ao seu encargo o cuidado dos filhos, deve ser uma questão repensada. E, este é mais um ponto constantemente debatido e reivindicado pelo movimento feminista: a criação de um tipo de proteção, para a mulher trabalhadora, por parte do Estado em projetos voltados para as mulheres. Pois, sua saída para o mercado de trabalho ou sua qualificação, em grande parte, está ligada ao cuidado com a casa e com os filhos. É dever do Estado e da sociedade formular políticas efetivas que garantam a igualdade de oportunidades.

¹³ MADEIRA, 2004.

Percebeu-se também que o projeto não trabalhou, de forma mais ampla, com membros das famílias dessas mulheres (companheiros, filhos, etc) num *sentido de (re)significação e (re)valorização do espaço doméstico*, pois elas demonstravam ser e se consideravam as principais responsáveis dos afazeres domésticos, logo trabalhar fora de casa representava uma jornada a mais de trabalho. Desta forma fica claro que as mulheres estão entrando maciçamente e de forma crescente no mercado de trabalho – especialmente no final do século XX e início do XXI – entretanto, a manutenção das estruturas tradicionais da família continua a encargo das mulheres, sendo elas sempre responsabilizadas pelo lar. Segundo Oliveira (2003), este tipo de inserção diferenciada nos espaços público e privado gera uma espécie de "igualdade capenga". Em relação a isto, o projeto poderia ter desenvolvido ações que não focassem apenas as mulheres e, sim, abrangessem os diversos membros da família, em especial os homens. E não os tivesse excluído da possibilidade de um fecundo processo de discussão entre os gêneros.

No que se refere à *Dimensão de Empoderamento*, foi interessante ver como o projeto, de uma forma “individual”, empoderou estas mulheres. Duas formas de empoderamento foram percebidas: a melhora da auto-estima, que gerou mudanças de comportamento dessas mulheres; o aumento de sua autonomia no pensar que as levou a perceberem que elas podem, que são capazes, que “vão à luta”, ou seja, as conduziu a um fortalecimento pessoal. Quanto à sociabilidade, este foi também um dado marcante para essas mulheres: elas se sentiam bem por estarem conversando com outras e estabelecendo relações de troca, o saber que o outro estava perto era fundamental.

Entretanto, este empoderamento se fez de forma bem diferente no que se refere à capacidade de construir sonhos individuais: apenas duas delas conseguiram demonstrar que teriam esta capacidade. Outro ponto negativo foi quanto à participação destas mulheres em espaços públicos de reivindicação: nenhuma delas estava participando naquele momento, ou havia participado em algum outro, de tais espaços.

Diante da análise desta dimensão, podem-se estabelecer dois tipos de empoderamento: um “*individual*” que se dá na esfera do pessoal, do privado, de relações de proximidade, no qual se pensa, luta e busca por mudança, mas estas no que se refere ao indivíduo; e um segundo tipo seria o “*coletivo*”, aquele que acontece nas fronteiras para além do espaço doméstico, que abrange um conjunto de pessoas que podem se relacionar por proximidade física ou numa esfera mais ampla. Pode-se deduzir que este segundo tipo de empoderamento se aproxima mais das lutas de reivindicação dos movimentos organizados feministas, de mulheres de classe média e com elevado nível cultural. Todavia, no caso particular destas mulheres de camada popular, a segunda forma de empoderamento parece se distanciar das realidades vivenciadas por elas. Mas, também não se pode dizer que elas não apresentam algum tipo de poder dentro de sua casa, mesmo que seja como principais provedoras do sustento e do cuidado da família. Viver sozinhas numa condição de monoparentalidade e promover um mínimo de direitos cidadãos à sua prole, faz com que estas mulheres sejam extremamente empoderadas de uma força e luta que lhes são próprias – mesmo que elas, as vezes, nem reconheçam.

Em relação à *Dimensão de Trabalho* muitas questões puderam ser observadas. As mulheres beneficiadas demonstraram que trabalho *significa* tudo o que se realiza no espaço público, fora de casa, e que gere uma renda. O espaço público é então valorizado por estas mulheres por ser o local em que podem ser respeitadas. Para algumas mulheres a independência financeira possibilita um maior poder de barganha com seus companheiros e de decisão dentro de suas casas. Normalmente, o uso da verba vai para comprar alguma coisa para a casa. Por saberem disso, muitos homens passaram a não contribuir mais dentro de casa quando elas começaram a trabalhar, segundo o depoimento de muitas delas. A necessidade de negociação do espaço privado não aparece em suas falas.

O *tipo ideal de trabalho*, segundo as falas do grupo, é o que se realiza no setor de serviço – casa de família, faxina, camareira, serviços gerais. Trabalhos estes, na grande maioria, sem vínculos empregatícios formais, em sistemas de subcontratação e em condições precárias. Desta forma, torna-se difícil para estas mulheres alcançarem uma mobilidade social de fato e numa cidadania plena, com acesso a direitos políticos, civis e sociais.

Associando essas dimensões à cidadania feminina, percebe-se que as mulheres, mesmo depois do projeto, permaneceram em um contexto sócio-político-econômico e cultural que as impedem de terem acesso a uma “cidadania plena”. E é na esfera do “informal” – na família, fora do alcance do poder público – que elas passaram a ter acesso a possibilidades de garantia do direito à vida e ao direito de ir e vir. Segundo Brant de Carvalho (2000), é na família que as camadas populares encontram sua condição de “resistência” e “sobrevivência”. Desta forma, estas mulheres vivem uma cidadania que difere da cidadania formal. Segundo Manzini-Covre (2000) será uma “nova cidadania” baseada na família enquanto produtora de proteção social, e nesta, a presença feminina é marcante e fundamental para o acesso a algum tipo de direito.

Todavia, pelos principais resultados verificados, constata-se que elaborar uma política pública que possibilite a geração de emprego e renda voltada para mulheres deve levar em consideração um conjunto de ações que sejam específicas e que promovam uma real igualdade de oportunidade de trabalho, bem como a equidade entre os gêneros.

Acredita-se que, pensar em políticas que sejam para mulheres sem se pensar nas especificidades de gênero não produzirão efetivamente mudanças na construção da cidadania feminina e sim a persistência das desigualdades que existem há séculos, como já se ressaltou oportunamente ao longo deste estudo. Pois se esse tipo de proposta não levar em consideração tais especificidades, criando ações afirmativas¹⁴ e implementando uma política que levem em consideração as diferenças culturalmente construídas entre homens e mulheres ao longo da história, não se garantirão oportunidades iguais no processo produtivo e a equidade entre os gêneros.

Na literatura, a cidadania pode ser compreendida como uma igualdade formal de direitos – civis, políticos e sociais – e obrigações que são afirmadas em lei e garantidos pelo Estado. Entretanto, para se pensar em cidadania, neste texto, se levou em consideração as diversas possibilidades de construção da mesma, de acordo com as condições sociais, econômicas, políticas e culturais das mulheres entrevistadas. Trabalha-se na perspectiva de uma cidadania mais ampliada e que contemple as especificidades do cotidiano feminino.

Em relação a ser ou não cidadãs, 70% dessas mulheres afirmaram que eram, contra 30% que não sabiam se eram. Ao perguntar o que elas haviam aprendido nos diversos módulos, elas colocaram que não se lembravam. Entretanto algumas disseram o porquê se sentiam cidadãs. Para Rosa, Girassol e Orquídea:

“Eu sinto. Eu pago meus impostos. Tenho liberdade de fazer tudo que os outros, eles fazem” – Rosa.

“Há dois anos atrás eu num era nem uma cidadã, que eu não tinha um documento. Aí depois virei uma cidadã. Eu posso dizer que sou, eu tenho CPF, identidade, eu tenho título, que eu nunca votei, votei agora. Agora eu me sinto, porque eu já tenho um título” - Girassol.

“Eu me sinto, porque quando vem a eleição eu voto” – Orquídea.

¹⁴ Criação de políticas voltadas especialmente para mulheres e que levem em conta as suas especificidades.

Por estas falas se percebe que cidadania esta ligada à idéia de cidadania formal – pagar impostos, ter documentos de identificação, votar. Contudo, verifica-se que as desigualdades sócio-políticas e econômicas em que vivem restringem o acesso destas mulheres a uma cidadania ainda que formal. Um outro tipo de cidadania irá reger suas relações, que se dará na esfera do informal, fora do alcance do poder público, que se torna possível nas relações de proximidade da família. Pois é esta o principal lócus de sociabilidade e sobrevivência para muitas pessoas.

Segundo Brant de Carvalho (2000) é na família que as camadas populares encontram sua condição de “resistência” e “sobrevivência”. E nela a mulher se torna fundamental para a produção do cuidado e promoção de direitos. Isto pôde ser percebido no contato com estas mulheres: como elas se tornam chave na promoção de direitos para sua prole.

Desta forma, há a necessidade e a urgência de políticas de gênero que afirmem ações específicas de igualdade de acesso e de oportunidade para as mulheres de camadas populares, já que têm sido comum estas serem responsabilizadas pelo cuidado, proteção, e educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem-estar social. Muitas vezes, esta mulher se torna a única responsável pelo lar e pelo cuidado da prole, vivendo em condições de monoparentalidade. Por isso, é nesse contexto de final de século XX e início de XXI que políticas públicas para mulheres são requeridas como forma de responder às demandas das trabalhadoras. Mas, pode-se afirmar que as políticas e projetos sociais têm contribuído para uma ampliação da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres? O Estado tem conseguido assegurar que a cidadania feminina seja garantida?

Com o objetivo de responder a essas questões foi que se avaliou, neste trabalho, uma política de geração de trabalho e renda elaborada e implementada pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, no intuito de conhecer os possíveis impactos observados pelas beneficiárias. A partir das dimensões que foram analisadas puderam ser levantadas algumas propostas que serão apresentadas a seguir:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da avaliação do projeto e da constatação de algumas lacunas nele presentes, serão propostas algumas questões a serem consideradas quando da formulação de uma política pública de gênero:

- ✓ Realização de um diagnóstico para melhor conhecimento da realidade do local (município, estado, região) e identificação das principais demandas da população feminina a ser trabalhada;
- ✓ Identificação do público-alvo feminino que se encontre em situação de maior vulnerabilidade;
- ✓ Estabelecimento de uma relação de troca com os movimentos de mulheres visando a incorporação de propostas e demandas já identificadas a partir de suas experiências;
- ✓ Sensibilização dos formuladores e executores para a abordagem da temática de gênero;
- ✓ Desenvolvimento de trabalho em módulos específicos em relação à temática de gênero e cidadania;
- ✓ Necessidade de (re) significar a esfera doméstica para que se torne possível a saída dessas mulheres para a esfera pública, através da estimulação da participação dos homens nos processos de capacitação;

- ✓ Criação de uma infra-estrutura mínima – como creches, escolas, atividades de lazer para crianças e idosos – para que haja diminuição do tempo empregado pelas mulheres com as atividades domésticas a fim de que as mesmas possam investir em capacitações e se inserirem no processo produtivo;
- ✓ Necessidade de se ofertarem profissionalizações para além das atividades que são tradicionalmente assumidas pelas mulheres, bem como possibilitar o conhecimento e a opção por outros cursos que são exercidos em sua grande maioria pelos homens, objetivando com isso alternativas para melhoria das condições de vida e promoção da mobilidade social das mulheres;
- ✓ Desenvolvimento de ações que levem à melhora da auto-estima e da autonomia das mulheres beneficiárias;
- ✓ Estímulo à participação das mulheres nas esferas públicas (associação de moradores, fóruns, seminários, entre outras iniciativas), capacitando-as para o exercício do poder e possibilitando sua participação nos processos decisórios;
- ✓ Necessidade de realizar monitoramento sistemático e avaliação do projeto para que haja um processo de retroalimentação e modificação do desenho do mesmo, se necessário.

Tendo como base o que foi analisado neste estudo, é possível concluir que elaborar uma política pública de geração de emprego e renda para mulheres, em especial para as que são responsáveis pelo domicílio, deve levar em consideração um conjunto de ações que promovam uma real igualdade de oportunidade de trabalho, bem como a equidade entre os gêneros. Do contrário, pensar em políticas que sejam para mulheres sem se pensar nas especificidades de gênero não produzirão, efetivamente, mudanças na construção da cidadania feminina e sim a persistência de desigualdades que existem há séculos. Efetivamente, os homens não podem estar apartados dessa discussão. E é fundamental que se invista na geração de renda, mas também na construção de uma subjetividade diferenciada, fortalecida – só assim se poderá saber o que é (e pode) uma mulher, ou seja, quando esta tiver a chance de se expressar “em todas as artes e profissões abertas ao talento humano”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVITO, Marcos. A honra de Acari. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Ed FGV, 1996. (p.147-164)

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BARSTED, L. A. Linhares. Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas pública no Brasil 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, 1994, n° especial, 1994, p. 38-54.

BONDUKI, N. Uma Metodologia para Avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. do C. B (orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: Câmara brasileira do livro, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____. *A miséria do mundo*. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. (p.693-713)

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. O lugar da família na política social. In: _____. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. (p.13-22)

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.). *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: AAPCS, 1999. p. 57-78 (Coleção Gestores Sociais)

BRASIL. Projeto BRA/97/039 (em mimeo)

BRUSCHINI, C. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? In: ROCHA, M. I. (Org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: ed. 34; 2000. (p.13-57)

CARÍSIO, F. A Mulher no Mercado de Trabalho do Rio de Janeiro: Um ponto de vista em defesa da igualdade e da solidariedade. *Revista: O Mercado de Trabalho: Análise de Conjuntura*. Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Trabalho. Ano 3, N° 6, Outubro 1999.

COHEN, E. e FRANCO, R. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COIMBRA, M. A. Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W.G; COIMBRA, M.A. *Política Social e Combate a Pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989. (pp.65-104)

IBGE, SÍNTESE DE INDICADORES, 1996.

IBGE, SÍNTESE DE INDICADORES, 1999.

IBGE, SÍNTESE DE INDICADORES, 2003.

IBGE, SÍNTESE DE INDICADORES, 2004.

MADEIRA, Felícia Reicher. A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações – o caso do primeiro emprego. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, vol. 18/nº2/abr-jun 2004, p.78-94.

MANZINI-COVRE, Maria de L. A família, o feminino, a cidadania e a subjetividade. In: BRANT de CARVALHO, Maria do Carmo (org.). *A família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2000. (p.105-115)

MOKATE, K. M. *Conviertiendo el 'monstruo em aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social*. Instituto Interamericano para el Desarrollo Social – INDES, abril de 2002 (p.1-39).

NADER, M.B. Mudanças econômicas, mulher e casamento em Vitória: 1970-2000. (Texto no prelo).

OLIVEIRA, Rosiska. *A Reengenharia do Tempo*. Rio de Janeiro: ROCCO, 2003.

PEREIRA DA SILVA, Josué. Repensando a relação entre trabalho e cidadania social. *Revista em São em Perspectiva*. Fundação SEADE, vol. 9, nº 4, out./dez. 95, p.6-12.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, Almira. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. In: site CFEMEA. Veículo: Cadernos 12: Estudos de Gênero, Goiânia, 2003.

VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: Indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 71, Ano XXI, Especial. São Paulo: Cortez editora, 2002, p.45-62.

YANNOULAS, S. C. *Dossiê: Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho*. Brasília: CEFEMEA; FIG/CIDA, 2002.